

PROJETO DE LEI N. 249/2018

Dispõe sobre a proibição do uso de correntes em animais domésticos no município de Manaus e dá outras providências.

Art. 1º. Fica proibida a prática de atos de abuso, crueldade e maus-tratos contra animais, incluindo a utilização de correntes, no âmbito do município de Manaus.

Parágrafo Único - Entende-se por animais todo ser vivo pertencente ao reino animal, excetuando-se Homo Sapiens.

Art. 2º. As ações de maus tratos e crueldades cometidas contra os animais são aquelas capazes de provocar privação das necessidades básicas, sofrimento físico, medo, estresse, angústia, patologias ou morte, tais como:

I – Acorrentamento, confinamento ou alojamento inadequado;

II - Abandono em vias públicas, em estabelecimentos comerciais ou residenciais fechados ou inabitados;

III - Agressões diretas ou indiretas de qualquer tipo, por meio de:

a) espancamento;

b) uso de instrumentos cortantes ou contundentes;

c) uso de substâncias químicas, tóxicas, escaldantes e/ou fogo; e

IV - Privação de alimento ou de alimentação adequada à espécie.

§ 2º. Para efeitos do inciso I do art. 2º desta Lei, entende-se como acorrentamento, confinamento ou alojamento inadequado, qualquer meio de restrição à liberdade de locomoção dos animais.

§ 3º. A restrição à liberdade de locomoção ocorre por qualquer meio de aprisionamento permanente ou rotineiro do animal a um objeto estacionário por períodos contínuos.

§ 4º. Nos casos de impossibilidade temporária por falta de outro meio de contenção, o animal poderá ser preso a uma corrente do tipo vai-vém, que proporcione espaço suficiente para se movimentar, sentar ou deitar, de acordo com as suas necessidades.



CÂMARA MUNICIPAL DE
Manaus

ISO 9001

§ 5º. A liberdade de locomoção do animal deve ser oferecida de modo a não causar quaisquer ferimentos, dores ou angústias.

§ 6º. É proibido o acorrentamento ou confinamento de animais em alojamentos ou locais que não respeitem as condições adequadas ao bem-estar do animal, observando-se:

I - Dimensões apropriadas à espécie, necessidade e tamanho do animal;

II - Espaço suficiente para ampla movimentação;

III - Incidência de sol, sombra e ventilação;

IV - Fornecimento de alimento e água limpa, além de contínuo atendimento das suas necessidades, incluindo atendimento médico-veterinário;

V - Asseio e conservação de higiene do alojamento e do próprio animal; e

VI - Restrição de contato com outros animais agressivos ou portadores de doenças.

§ 7º. Fica proibido o uso de cadeado para fechamento da coleira.

Art. 3º - O descumprimento das disposições contidas nesta lei sujeitará o infrator, além de outras sanções legais cabíveis na legislação vigente:

I – Os casos que não resultarem em lesão leve, grave ou morte, multa de 10 UFM;

II – Os caso que acarretarem em lesão leve ou grave ao animal, multa de 15 UFM;

III – Os casos que levarem o animal a óbito, multa de 20 UFM.

§ 1º. Caso haja mais de um animal em situação de crueldade e maus-tratos, a multa será majorada em até 1/3.

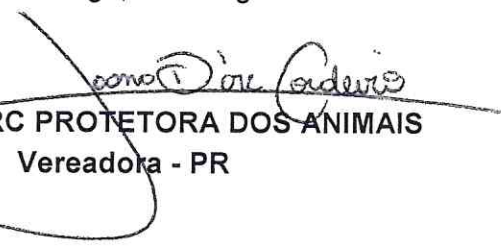
§ 2º. Havendo reincidência, a multa será aplicada em dobro.

Art. 4º. O Poder Executivo regulamentará a fiscalização da aplicação desta lei mediante seus órgãos públicos ou secretarias competentes ou, ainda, por meio de parcerias público-privadas, convênios e similares, conforme os processos administrativo-legais constantes na legislação vigente.

Art. 5º. Os animais que sofrerem maus-tratos de que trata esta Lei deverão ser recolhidos e encaminhados aos cuidados do órgão da Prefeitura Municipal ou as organizações não governamentais, que tenham como finalidade o cuidado de animais vítimas de violência ou abandono, desde que haja disponibilidade para recebe-los.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Adriano Jorge, 14 de agosto de 2018.


JOANA D'ARC PROTETORA DOS ANIMAIS
Vereadora - PR

JUSTIFICATIVA

Senhores Vereadores, o presente Projeto de Lei trata de assunto de interesse público, versando sobre proteção do meio ambiente local, representado neste caso pelos animais e visa à proteção dos animais submetidos a crueldades e maus-tratos sempre que são acorrentados permanentemente e privados de sua liberdade de locomoção, bem como regulamentar as formas de contenção adequadas, por pequenos períodos.

Necessário ressaltar que a Constituição Federal de 1988 possui um capítulo específico (Capítulo VI do Título VIII) destinado à proteção ambiental, incluindo proteção à flora e fauna nativas. No que diz respeito aos direitos dos animais reza o art. 225, § 1º, Inc. VII:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

(...)

VII - **proteger a fauna e a flora**, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou **submetam os animais a crueldade**.

Interpretando o artigo supra, entende-se que os animais são objetos de proteção ampla em nível constitucional, com interesses próprios, claramente independentes daqueles dos seres humanos.

Em consonância com o art. 225, §1º, VII, da Carta Magna, a Lei n.º 9.605/1998, mais conhecida como Lei de Crimes Ambientais, dispõe sobre as sanções decorrentes de condutas ou atividades que lesem o meio ambiente. Assim, o legislador ordinário estende a tutela penal ao meio ambiente, visto que os meios administrativos de proteção e manutenção deste não se mostram suficientes para tanto.

Em razão da relevância da matéria aqui tratada, o alcance da medida e o interesse público inerente é que apresento o presente Projeto de Lei contando com a manifestação favorável dos demais vereadores à sua aprovação.

Plenário Adriano Jorge, 14 de agosto de 2018.


JOANA D'ARC PROTETORA DOS ANIMAIS
Vereadora - PR